



## DIEGO MARADONA.

Vê-lo em campo era um espetáculo por si só. Driblava com uma inteligência sumamente criativa; um sentido único de oportunidade. Pequeno, um metro e sessenta e cinco de altura, robusto e com uma velocidade inacreditável. Qualquer comparação é odiosa, pois cada qual é irrepetível. Mas MARADONA ultrapassa qualquer jogador ainda em atividade. Foi e será uma referência mundial imarcescível.

**Maradona,** uma metáfora  
da condição humana

**O** QUE É O SER HUMANO? Por mais que todas as ciências tentem definir o ser humano, este continua a ser sempre uma questão em aberto. SANTO AGOSTINHO (354-430) que, durante a vida inteira, se preocupou, desesperadamente, por encontrar uma resposta para o que é o ser humano, acabou, apenas, por dizer: *factus sum quaestio magna*: “**tornei-me, para mim mesmo, uma grande questão**”. E calou-se.

Às vezes, não são as ciências nem as religiões que nos fornecem a melhor imagem (ao invés de uma definição), mas a literatura. Para mim, a melhor fórmula encontrei-a em Antoine de Saint Exupéry, o autor do *Príncipezinho*, no seu romance *A Cidadaela*. Nesta sua obra ele considera o ser humano como *um noeud de relations* “um nó de relações dirigido em todos os sentidos”. Ultrapassa, mesmo, a sexta tese de Marx sobre Feuerbach, ao definir a essência humana como “o conjunto das suas relações sociais”. Trata-se duma perspectiva reducionista. O ser humano é o conjunto das suas relações totais e em todos os sentidos, e não apenas no âmbito social. Faz ainda sentido dizer que ele “é um projeto infinito, sempre em busca do seu objeto adequado, nunca encontrável no âmbito em que vive”, o que o leva a transcender este mundo.

Para além desta busca sem fim, vem a propósito, também, dizer que ele é um ser complexo e a conjunção de duas dimensões que nele se verificam sempre em conjunto: o positivo e o negativo, o luminoso e obscuro, o inteligente (*sapiens*) e o demente (*demens*), a pulsão de vida (*eros*) e a pulsão de morte (*thánatos*), o utópico e o histórico, a realização e a frustração, a derrota e a vitória, a gentileza e a boçalidade, a cordialidade e a rudeza, o poético e o prosaico, o dia-bólico (que divide) e o sim-bólico (que une), o equilíbrio e o excesso, o caos e o cosmos. Esta dualidade não é um defeito de criação. Constitui a real condição humana. Vamos encontrar esta mesma estrutura no cosmos (ordem e desordem) e em cada ser vivo e inerte (autônomo e integrado). Tem a ver com uma constante universal.

Para cada ser humano, o desafio não é negar uma das partes, o que seria impossível, pois ela voltaria furiosa, mas saber como integrar esta dualidade, encontrar um justo equilíbrio dinâmico, sempre por fazer, de forma que possa construir a sua identidade, o seu projeto de vida, e buscar a felicidade possível aos filhos e filhas de Adão e Eva.

Acontece, porém, que o trágico é algo presente na vida humana, esse trágico plasticamente representado no teatro grego. O excesso, o demencial e o dia-bólico (o que cinde), pode tomar conta da pessoa, inundar-lhe a consciência e torná-la escrava da dimensão do obscuro.

O arquétipo do herói/heroína pode ajudar-nos a compreender este drama. Não o herói/heroína convencional das sagas de guerra e das novelas. Mas o perspectivado no sentido da moderna psicanálise. Cada pessoa pode ser herói/heroína na forma como trabalha esta dualidade, como consegue integrá-la e realizar o seu processo de individualização. Há vários tipos de heróis/heroínas: o resistente, o peregrino, o lutador, o mártir e outros.

Tudo isto vem a propósito da figura do genial joga-

dor argentino de futebol DIEGO MARADONA. Vê-lo em campo era um espetáculo por si só. Driblava com uma inteligência sumamente criativa; um sentido único de oportunidade. Pequeno, um metro e sessenta e cinco de altura, robusto e com uma velocidade inacreditável. Qualquer comparação é odiosa, pois cada qual é irrepetível. Mas Maradona ultrapassa qualquer jogador ainda em atividade. Foi e será uma referência mundial imarcescível.



Mão de Deus | Maradona (1960-2020) | por VASCO GARGALO, cartunista português.

Mas eis que surge a tragédia: foi dominado pela dependência química da qual nunca se libertou totalmente. Era tão humano que não escondia a sua dependência. “Sabe que jogador eu poderia ter sido se não tivesse recorrido às drogas?” interrogava-se com humor. “Tenho cinquenta e três anos, mas é como se tivesse setenta e oito. Não tive uma vida normal, digamos assim. Cinquenta e três anos? Eu vivi foi oitenta.” Morreu aos sessenta anos. Foi um herói resistente (*del aguante*), tragado pelo lado do obscuro e do excesso.

Vale a pena recordar: jogava com os pés agilíssimos e com a cabeça que marcava golos notáveis. Mas a sua cabeça também pensava e definia em que lado se colocar no espectro social: do lado dos oprimidos, simbolizados por Fidel

Castro e por Lula. E proclamava-o publicamente.

O povo argentino, tão massacrado por problemas políticos internos, elevou-o ao mais alto grau da exaltação, a ponto de penetrar no espaço do Numinoso chamando-o “deus”. Faltavam-lhe palavras para admirar o seu “Pibe” “o divino infante”. Há que entender, corretamente, esta exaltação que ocorre sempre que o entusiasmo supera todos os limites e encontra nas palavras do Numinoso a sua melhor expressão.

Uno-me ao encanto da sua arte, e solidarizo-me com o povo argentino em lágrimas, que com Maradona ganhava a força de superar dificuldades e manter a alegria de viver. Ele uniu em si o humano e o inumano, como nos recorda Nietzsche, pois ambos, o humano e o excessivamente humano, pertencem ao humano: luminoso e obscuro, heroico mesmo vencido.

LEONARDO BOFF  
é teólogo, filósofo e escritor.

<https://leonardoboff.org/2020/11/27/maradona-uma-metafora-da-condicao-humana/>

Na missa do funeral de EDUARDO LOURENÇO, celebrada dia 2, quarta-feira, no Mosteiro dos Jerónimos, a homilia foi proferida pelo cardeal TOLENTINO MENDONCA.

<https://setemargens.com/> (04.12.2020)



## “As palavras que Eduardo Lourenço nos iluminou” - homilia do cardeal Tolentino

Estamos aqui num dos mais emblemáticos lugares portugueses, neste “jardim de pedra” como um dia Eduardo Lourenço chamou ao Mosteiro dos Jerónimos; estamos aqui mulheres e homens, crentes e não crentes, no contexto desta liturgia cristã para expressar a mais comovida gratidão pela vida de Eduardo Lourenço.

Normalmente a morte tem uma dimensão pessoal e o luto que nos atinge, desabrido, ardente e radical, tem uma conjugação no singular. Eduardo Lourenço também viveu assim os seus lutos. Lembro um dos últimos, há precisamente sete anos atrás, quando morreu a sua mulher, Annie. Há um manuscrito de Lourenço onde se pode ler: “A Annie acaba de morrer. Eram quatro horas menos um quarto deste 1º de Dezembro, de 2013...” E continua: “A longa agonia silenciosa da Annie [...] restitui à vida uma espécie de esplendor póstumo, o da ausência tornada enfim sensível. De fora fica apenas o lençol branco da minha inexistência sem ela.” Ou recorro um dos seus primeiros lutos, sigilado na forma de dedicatória do seu livro de estreia, quando corria o ano de 1949: “Em memória do Cap. Abílio de Faria e de Maria de Jesus Lourenço, meus pais”.

Quase quarenta anos mais tarde, numa reedição dessa obra inaugural, que como se sabe é *Heterodoxia I*, Eduardo Lourenço escreveu um prefácio intitulado “Escrita e morte”. Da leitura desse texto (que na verdade é um precioso exercício de releitura

que o escritor faz de si, e da génese do seu percurso) há duas declarações que se destacam. A primeira diz respeito apenas a ele, pois se trata da confissão pessoalíssima do impacto incalculável que nele teve o luto dos seus pais: “Este livro foi publicado quatro meses após a morte do meu pai. Minha mãe morrera um ano antes. Sem a sua morte nem estas páginas, nem nenhuma outra [...] teriam existido”. Mas a outra declaração diz respeito a todos nós, pois lhe serve para explicar a sua vocação ensaística. O ensaio, diz ele, “é a forma escrita do discurso virtual de uma existência que renunciou às certezas, mas não à exigência de claridade que nelas, em permanência, se configura. Em boa verdade – continua – não há ensaísmo feliz. Na sua essência é uma escrita do desastre, pessoal ou transpessoal. Para ser mais justo, é uma estratégia natural para tempos calamitosos, como os de Montaigne. [...] Retirado na sua torre, o autor não se desinteressou dos negócios humanos – nem mesmo dos divinos -, limitou-se a retirar a caução transcendente ao que visivelmente era da ordem do puramente humano, relativizando o olhar dos homens sobre os seus próprios atos... A tragédia está na história, é inerente à história. Adotar a perspetiva ensaística não é ignorá-la, é tentar precariamente – sem isso cederíamos à paixão totalitária – contê-la nos limites do humanamente aceitável”.

Há lutos que se vivem no domínio pessoal, pois dizem respeito à nossa pequena história. E há lutos que excedem esse domínio,

pois se configuram como uma experiência de perda coletiva. Escutando este parágrafo programático de Lourenço percebemos como o seu luto tem para nós essa natureza. Quando morre um escritor, a literatura fica enlutada. Mas também acontece – mais raramente é verdade, mas acontece – que, com alguns escritores, a própria literatura, ou uma ideia de literatura ou uma inteira época da literatura morra com eles. Pois naquele criador que partiu os leitores de uma geração (que até pode ser de uma geração futura) reconhecem uma razão, uma sabedoria, uma verdade ou um fulgor onde se encontraram refletidos, interrogados, transportados a uma fronteira de si próprios e do mistério. Isso que, por exemplo, Pietro Bembo esculpiu tão bem como epitáfio no túmulo do pintor Rafael: “Aqui jaz Rafael, que enquanto vivo a natureza temeu por ele ser vencida; mas que agora morto a natureza teme morrer com ele.” Com razão, todos tememos morrer um pouco na morte deste homem que jaz hoje diante de nós.

Mas ensinar a morrer é, como dizia Cícero, o objetivo do mestre que ensina a filosofia. E Montaigne, o inventor moderno dos ensaios, escreveu que quem aprendeu a morrer venceu a sujeição, ultrapassou já a condição de escravo. A Eduardo Lourenço devemos a lição de interrogar não só a vida, mas também a morte com sabedoria, distanciamento e serenidade, lutando para conter a história nos limites do humanamente aceitável, tarefa como sabemos trabalhosa e inacabada, mas também indeclinável se quisermos que a civilização e o humanismo sejam mais do que uma abstração. A Lourenço devemos além disso uma rara capacidade de cuidar da ideia de comunidade, reforçando sempre o nosso conjunto como nação, elucidando a experiência de bem comum que é um país, indicando a cartografia mental e espiritual sem a qual não se entende a geográfica nem nenhuma outra, mostrando-nos, por exemplo, que todos somos habitantes da solidão de Pessoa e do profetismo de Antero ou de Agostinho da Silva, do levantamento do chão de Sarama-

go e dos acordes insubmissos de Lopes Graça, da religiosidade que uniu Régio e Manoel de Oliveira, dos socalcos durienses de Agustina e da praia lisa que Sophia sonhou. Nos milhares de páginas que escreveu, talvez se veja que a ideia de comunidade foi aquela que afinal ele mais perseguiu e que esta constituiu a sua paixão maior.

Teixeira de Pascoaes, que escreveu *Arte de Ser Português*, quis ser enterrado num caixão em forma de lira. O caixão de Eduardo Lourenço tem, qualquer que seja a sua forma, a forma de Portugal, do qual ele foi (e será para muitas gerações futuras) um explorador e um cartógrafo, um detetive e um psicanalista do destino, um sismógrafo e um decifrador de signos, uma antena crítica e um instigador generoso e iluminado. Depois dele, todos podemos dizer que nos entendemos melhor a nós próprios.

Escutamos nesta Eucaristia um trecho do livro de Job, a mais inconformada figura sapiencial da Bíblia, na qual cada um de nós pode rever, como em espelho, a sua inquietação e ver ativado o motor de busca das próprias interrogações. Na liturgia hodierna a voz de Job soa como uma espécie de grito: *Quem dera que as minhas palavras fossem escritas num livro, ou gravadas em bronze com estilete de ferro, ou esculpidas em pedra para sempre!* Este grito abre-nos à escuta das razões profundas que estão por detrás da invenção dos alfabetos e da escrita, ajuda-nos a compreender que a história do livro não é apenas a história cultural de um artefacto utilizado para a transmissão do conhecimento. A história do livro é, antes de tudo, a história do desejo humano de permanecer, de vencer a morte, de experimentar sobre a terra algo mais do que uma precária verdade destinada ao esquecimento. Voltamos sempre à mesma sede de transcendência, à mesma desabalada paixão de eternidade, ao mesmo dramático grito para que a existência humana não se consume como mera passagem. Tornamos sempre, para recorrer a uma expressão de Lourenço, à “insepulta nostalgia de Deus”.



# Gonçalo Ribeiro Telles

(1922-2020)

Eduardo Lourenço lhe chamou  
*jardineiro de Deus*

## CORAGEM POLÍTICA E ECOLÓGICA

**A** quando das devastadoras inundações na região de Lisboa de novembro de 1967 uma voz desasomburada ergueu-se na televisão, rompendo as barreiras da censura, a denunciar o que se tinha passado. Então o jovem arquiteto paisagista GONÇALO RIBEIRO TELLES veio explicar, num tom simultaneamente pedagógico e politicamente assertivo, que o desastre não era devido a um acaso nem à revolta das forças da natureza. A catástrofe, em que morreu um número muito elevado de pessoas (cuja dimensão real foi escondida), em que foram arrasadas habitações, campos e estradas, deveu-se, afinal, a uma confrangedora falta de ordenamento do território e à ocupação de leitos de cheia e de cabeceiras das bacias hidrográficas por gente que vivia em condições miseráveis de habitação. Ouvia-se quem, provindo do curso livre do Instituto Superior de Agronomia de Arquitetura Paisagista, criado por Francisco Caldeira Cabral, em 1942, em articulação com o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, do grande mestre Orlando Ribeiro, projetava para a sociedade portuguesa a necessidade de ligar o desenvolvimento económico à preservação ambiental. Contudo, o jovem arquiteto paisagista que deitava a pedra no charco, não era um neófito político. Católico e monárquico, era um cidadão democrata de horizontes abertos e audaciosos. Há muito que exprimia os seus pontos de vista com grande coragem. Em 1958, acompanhara outros monárquicos, como Luís de Almeida Braga, Vieira de Almeida, Rolão Preto ou Francisco de Sousa Tavares no apoio à candidatura presidencial do General Humberto Delgado. Em 1945 participara na fundação do Centro Nacional de Cultura, com Fernando Amado, Afonso

Botelho, António José Seabra e Gastão da Cunha Ferreira e em 1957 apoiara a eleição de Sousa Tavares para a presidência do Centro, participando na fundação do Movimento dos Monárquicos Independentes, de feição constitucionalista.

Como cristão inconformista, subscreveu em 1959 dois documentos, que constituem marcos decisivos na preparação de uma nova fase na vida da Igreja em Portugal, após a tomada de posição do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e antecipando a decisão de João XXIII de convocar o Concílio Ecuménico Vaticano II. GONÇALO RIBEIRO TELLES será um militante ativo da nova mentalidade conciliar, ao lado dos seus amigos António Alçada Baptista e Sophia de Mello Breyner Andresen, na geração de “O Tempo e o Modo”. Aí se inserem tais documentos! Em fevereiro, o texto é sobre as relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos – onde o visado é Salazar, por ter dito que havia “alguns católicos”, que tinham rompido com a “frente nacional”, considerando que o assunto oferecia “graves implicações no que respeita à Concordata e mesmo ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja”. Os signatários diziam, porém, que a Igreja não podia ser acusada de hostilidade ao Estado Novo, mas se a Ação Católica não fazia política, não deveria alhear-se do mundo. De facto, os católicos tinham o direito e o dever de se interessarem pela política – com sérias razões “para julgar que o atual regime descarta aquele mínimo de respeito pela justiça e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos, sem o qual se deve pôr em dúvida o seu acordo com a doutrina cristã”. Em coerência com estas preocupações o grupo dirigiu-se a Salazar, em 1 de março – para falar “sobre os serviços de repressão do regime”. Com exem-

plos concretos de desrespeito pelos mais elementares direitos previstos na própria Constituição, os signatários concluíam: “Se outros católicos, e também V. Ex<sup>a</sup>, julgarem que os signatários abusam dos seus direitos de simples católicos, resta-lhes a esperança de terem procedido de acordo com as exigências da sua consciência da mesma forma que eventualmente V. Ex<sup>a</sup> o fará também. E só Deus julgará a todos”. Os textos são claríssimos e marcam o início de um novo tempo, que aponta para a afirmação dos valores democráticos que culminaria na revolução de 1974. Além de GONÇALO RIBEIRO TELLES, encontramos entre os autores os Padres Abel Varzim e Adriano Botelho, Alberto Vaz da Silva, António Alçada Baptista, António Arnaut, Francisco Lino Neto, Francisco de Sousa Tavares e Sophia de Mello Breyner, João Bénard da Costa, João Gomes, Padre João Perestrello, José Escada, Manuel Bidarra, Manuel de Lucena, M. S, Lourenço, Manuel Serra, Nuno Teotónio Pereira, Orlando de Carvalho e Vítor Wengorovius. A iniciativa merece uma atenção redobrada, já que entre 11 e 12 de março teria lugar o chamado “golpe da Sé”, que Mário Soares no *Portugal Amordaçado* considera como “um movimento de clara inspiração católica, embora com a participação importante de elementos não católicos, democratas de diferentes correntes oposicionistas”, sendo a alma civil da conspiração, Manuel Serra, antigo dirigente da juventude católica e apoiante do General Delgado.

### O MANIFESTO DOS 101

Outro documento fundamental subscrito por Gonçalo foi o chamado Manifesto dos 101, de 25 de outubro de 1965, com muitos subscritores de 1959, num grupo mais alargado (onde se encontrava José Pedro Pinto Leite, que viria a integrar a Ala Liberal do tempo de Marcelo Caetano): onde se repudia a violência e o ódio com a maior firmeza, se defende uma cultura de paz e o respeito pelas Nações Unidas, se realçam os princípios da encíclica “*Pacem in Terris*” e do magistério de Paulo VI, se alerta para os

problemas complexos e urgentes levantados pela política ultramarina, se denuncia a repressão da PIDE, os processos judiciais iníquos, os entraves no acesso a lugares públicos e empregos particulares, as buscas domiciliárias e a vigilância policial. GONÇALO RIBEIRO TELLES foi, assim, um cidadão completo – desde a oposição política democrática até à participação ativa na preparação da vida democrática. Esteve ao lado do pioneirismo de José Correia da Cunha na Comissão Nacional do Ambiente e foi um governante influente depois de 1974 (fundador do PPM, da AD e do Movimento Partido da Terra), sendo autor de medidas fundamentais, como a defesa dos melhores solos agrícolas, do coberto vegetal, do relevo natural, até à classificação das áreas adstritas à conservação da natureza e da paisagem. O seu comunalismo significa, no fundo, uma democracia centrada na dignidade humana, no primado da pessoa humana e numa ecologia global, centrada na equidade entre gerações. Manuel Alegre disse por isso: “talvez a culpa seja minha, porque fui deputado e participei na construção de uma democracia que a páginas tantas se distraiu e não soube resolver problemas estruturais, como o reordenamento do território e das florestas, assim como o combate ao abandono e à desertificação do país. Não se ouviu como se devia ter ouvido o arquiteto GONÇALO RIBEIRO TELLES. É certo que por vezes protestei, mesmo contra o meu próprio partido. Mas não foi suficiente. Não consigo calar-me e sinto-me culpado” (2017). A afirmação merece atenção especial. Estamos a tempo de não esquecer o exemplo e a experiência de quem deixou um testemunho político essencial. Os jardins da Fundação Gulbenkian são uma das suas obras emblemáticas, cuja autoria partilhou com António Viana Barreto. Um dia perguntaram-lhe o que desejava para Portugal – e respondeu: gostaria que se tornasse uma espécie de Gulbenkian...

*Guilherme d'Oliveira Martins*

<https://e-cultura.blogs.sapo.pt/a-vida-dos-livros-972308>  
(07.12.2020)

# ENNIO MORRICONE (1928-2020)



PERDEMOS uma enorme referência. **MORRICONE**, o grande músico, o grande maestro do rigor, deixou-nos em julho passado.

Que todas as vozes saibam sempre dizer da sua grande capacidade para entender o essencial.

Um amigo seu fez saber que, quando MORRICONE escreveu a música para a missa em honra do Papa Francisco, apresentada na Chiesa del Gesù em 2015, falou dela com profundo entusiasmo, mas quase certo de ser o momento de um ponto final na sua carreira.

Todavia, a sua luminosidade já tinha ultrapassado os limites, indo a mais pontos do universo com a *sua extraordinária assinatura*.

ENNIO MORRICONE e a *Sétima Arte*: a árvore e o musgo.

Captava em algumas linhas musicais a essência de um filme.

*Como não recordar Cinema Paraíso* do cineasta italiano Giuseppe Tornatore, extraordinário marco da história do cinema?

Com este filme e nele e por ele a música de Ennio, naquele tudo existir, um aprender a amar.

Filme e música para toda a vida.

Atalho mais claro à via do coração. Da oração.

Os beijos – cenas que o padre da vila mandava cortar - que nos fazem chorar e sorrir neste filme, esclarecidos pela música que tudo faz renascer em entendimento e doçura, chegam ao encontro dos nossos olhos, e, um nó, em nós, num mundo de sentimento especial e de saudade, leva a que a terra-argila, se deixe fechar na nossa mão.



Com ENNIO MORRICONE, a música envolveu-se por via do cinema na cultura a uma escala de universo erudito e popular.

Magia!

<https://youtu.be/hLe9gTKQ4LU>

TERESA BRACINHA VIEIRA

<https://e-cultura.blogs.sapo.pt/cronica-da-cultura-900703>